



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



SUDECAP
SUPERINTENDÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL

PROCESSO nº 01-091.219/19-00

IJ: 01.2020.2700.00.02.00.00

TERMO ADITIVO nº 01 ao Contrato DJ – 070/2019 que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, pela **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI** e **AMBRATEC GEOLOGIA E ENGENHARIA LTDA.-EPP**, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência e de execução, mediante a seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do Contrato DJ 070/2019, tendo por objeto a execução das obras e serviços de engenharia para fornecimento e instalação de instrumentação complementar na Barragem da Pampulha, fica prorrogado pelo prazo de 90 (noventa) dias, passando seu término do dia 09 de setembro de 2020 para o dia 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução do Contrato DJ – 070/2019, fica prorrogado pelo prazo de 30 (trinta) dias, passando seu término do dia 13 de agosto de 2020 para o dia 12 de setembro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – SOLICITAÇÃO

A alteração do prazo contratual ocorre em razão da Solicitação de Alteração Contratual nº 1, datada de 13 de julho de 2020, oriunda da Diretoria de Manutenção.

CLÁUSULA QUARTA - ANEXOS

O **Cronograma Físico-Financeiro** de fls.298, anexo à Solicitação de Aditivo de prazo nº 1, integra este instrumento para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA QUINTA-PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Consequentemente, em obediência ao disposto no artigo nº 63, §2º, do Decreto Municipal nº 10.710/01, fica prorrogada a garantia de execução do contrato, conforme guia de recolhimento de garantia nº 2020/2010 00004 102, emitida pelo Município de Belo Horizonte.




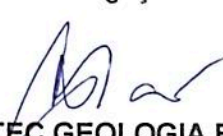


Ressalvado o disposto neste instrumento, ficam mantidos e ratificados os termos do contrato base, ora aditado, e seus aditamentos e apostila anteriores.

E por estarem assim firmes e ajustadas, as partes contratantes, já qualificadas no Contrato original, assinam, por seus representantes ao final nomeados, o presente instrumento, digitado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos de direito.

Belo Horizonte, 08 de setembro de 2020.


Henrique de Castilho Marques de Sousa
Superintendente da SUDECAP
Por delegação – Portaria SMOBI nº 174/2019


AMBRATEC GEOLOGIA E ENGENHARIA LTDA- EPP
Nome: Rafael Cassemiro Mariano
CPF: 040.037.266-28

Rafael Cassemiro Mariano
Eng. Civil / Geólogo
CREA-MG 80.314


Renato Chagas R. de Vasconcelos
SD-02453-9
Gerência de Controle de
Contratações - GECCO / SUDECAP

Visto:


Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel
Diretor Jurídico/SUDECAP
OAB 102.711
Por delegação - Portaria PGM nº 27/2019



Belo Horizonte, 06 de agosto de 2020.

PARECER JURÍDICO DPCT-SD Nº 182/2020

Processo: 01-091.219/19-00

Referência: Contrato DJ 070/2019 – Solicitação de Aditivo de Prazo nº 01 de 13/07/2020

Contratada: AMBRATEC GEOLOGIA E ENGENHARIA LTDA- EPP

Objeto: Fornecimento e instalação de instrumentação complementar da barragem da Pampulha

Ementa: Celebração de Termo Aditivo – Prazo – Fundamentação – art. 57, §1º, incisos II e V, da Lei nº 8.666/93 – Possibilidade.

I – RELATÓRIO

Trata-se de prorrogação de prazo contratual em atendimento à Solicitação de Aditivo de Prorrogação de Prazo nº 1, datada de 13 de julho de 2020, subscrita pelos fiscais do contrato, Jaime Lourenço Lage e Leonardo Antônio Custódio Souza, e aprovada pelas gerências imediatas e pelo Diretor de Manutenção, Mauro Lúcio Ribeiro da Silva e pelo Superintendente da SUDECAP Henrique de Castilho M. de Sousa que, no âmbito de suas competências, solicitam a prorrogação do prazo de vigência do Contrato DJ 070/2019, por mais 90 dias, e do prazo de execução por mais 30 dias. Nesse contexto o prazo de vigência passará o seu término de 09/09/2020 para 08/12/2020, enquanto o término do prazo de execução passará do dia 13/08/2020 para o dia 12/09/2020 (fls.296).

O expediente em análise encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- (i) *Solicitação de Aditivo de Prazo Nº 1, de 13/07/2020 (fls.296);*
- (ii) *Carta da contratada requerendo a prorrogação, datada de 30/06/2020, (fls.297);*
- (iii) *Cronograma Físico-Financeiro (fls. 298);*
- (iv) *ART do engenheiro fiscal do contrato, Jaime Lourenço Lage, pendente de quitação (fls.299);*
- (v) *ART do engenheiro fiscal do contrato, Leonardo Antônio Custódio Souza, pendente de quitação (fls.300);*



- (vi) *ART do engenheiro da contratada, Rafael Cassemiro Mariano, devidamente quitada (fls.301);*
- (vii) *Informações Cadastrais do Contrato com o pré-aditivo lançado (fls.302);*
- (viii) *Aditivo para aprovação (fls.303);*
- (ix) *Ofício GEMAB-SD – DMAN-SD / DJUR-SD n° 135/2020, datado de 13 de julho de 2020, apresentando as justificativas da prorrogação (fls. 304);*
- (x) *Cópia da Ordem de Paralisação n° 01, datada de 17 de março de 2020, autorizando a paralisação dos serviços pela contratada a partir de 17 de março de 2020, tendo em vista a situação de emergência de saúde pública em razão da pandemia de Covid-19, declarada pelo Decreto n° 17.297, de 17 de março de 2020 (fls.305);*
- (xi) *Ordem de reinício de serviço n° 01, datada de 15 de junho de 2020, determinando o reinício a partir de 15/06/2020 dos serviços do contrato DJ 070/2019 (fls.306);*
- (xii) *Situação do fornecedor (contratada) junto ao SUCAF em 13/07/2020 (fl.307);*
- (xiii) *Despachos internos (fls.308);*
- (xiv) *Email solicitando atualização do cadastro da empresa perante o SUCAF (fl.309).*

A supracitada justificativa foi nos seguintes termos:

Justifica-se a prorrogação pelos mesmos motivos constantes na Ordem de Paralisação n° 1 (anexa) que culminaram no atraso da mobilização de equipamentos e aquisição de materiais necessários à execução dos serviços. Dessa forma para compensação do período paralisado, se faz necessária a dilação dos prazos de execução e de vigência do contrato (fls.304).

No Ofício GEMAB-SD – DMAN-SD / DJUR-SD n° 135/2020, os fiscais discorrem ainda sobre a conveniência e oportunidade da prorrogação do prazo contratual, afirmando que *"em se tratando de serviços com o objetivo de estabelecer elementos necessários para detectar anomalias que possam comprometer o desempenho do barramento ou ameaçar a sua integridade, a conclusão da instalação dos instrumentos é de grande importância ao monitoramento e à segurança da barragem, bem como à segurança da comunidade situada à jusante da estrutura"* (fls.304).



Sobre a empresa, Ambratec Geologia e Engenharia Ltda-EPP, os fiscais do contrato afirmam que a empresa atualmente contratada apresenta conhecimento dos projetos executivos e das condições do local que será instalado a instrumentação complementar, bem como apresenta técnicas compatíveis com as exigências executivas, agregando eficiência nas atividades desenvolvidas e consequentemente contribuindo para um resultado final mais positivo. Além disso, apontou-se que foi apresentado no processo licitatório comprovações de ter atuado em obras para instalações de instrumentação de mesma natureza, sendo vantajoso ao município a sua manutenção na execução contratual (fls.304).

No que tange à justificativa apresentada, vale registrar, desde já, que não cabe a estes pareceristas imiscuir-se no mérito do ato, avaliando a conveniência e oportunidade da alteração contratual que se pretende realizar. Essa avaliação é de responsabilidade dos demandantes, que solicitaram a prorrogação do prazo, de modo que a análise jurídica ora realizada contempla, tão somente, o exame prévio dos aspectos jurídico-formais do expediente.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pela análise do expediente, verifica-se que o objeto da solicitação consiste na alteração dos prazos de vigência e de execução do contrato, fixando-se um prazo maior em 30 dias para a execução e em 90 dias para a vigência contratual.

A Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/1993, prevê, no artigo 57, como regra geral, que os contratos serão firmados com a duração da vigência dos créditos orçamentários (exercício financeiro), devido ao princípio da anualidade do orçamento público. Contudo, atenta às características da prática administrativa, a própria lei prevê exceções à regra geral nos seguintes termos:

Art. 57 [...]

§ 1º - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

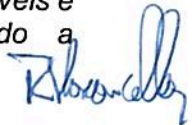
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. **(grifo nosso)**

No caso em apreço, nota-se a ordem de paralisação dos serviços a partir de 17/03/2020 (fl.305), diante da decretação da situação emergencial em saúde pública em razão da pandemia de COVID-19, conforme Decreto nº 17.297 de 17/03/2020, tendo sido determinado o retorno das atividades tão somente em 15/06/2020 (fl.306) o que faz com que o pedido de prorrogação de prazo amolde-se à previsão contida no art. 57, §1º, incisos II e V da Lei de Licitações e Contratos.

E, sendo assim, *"inexiste margem de discricionariedade para a Administração negar a prorrogação, nos casos previstos no art. 57, §1º. Trata-se de atividade vinculada, cujos pressupostos estão arrolados no texto legal"*, nos termos do exposto por Marçal Justen Filho¹. Portanto, uma vez enquadrada a presente situação à hipótese legal, não resta outra opção à Administração Pública que não a de prorrogar o presente ajuste contratual.

Ainda sobre o aditamento de prazo dos contratos administrativos, cumpre transcrever o seguinte posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, exarado no Processo Administrativo n. 682.700, Rel. Conselheiro Antônio Carlos Andrada, Sessão do dia 23/10/2007:

"[...] somente em situações excepcionais e ocorrendo uma das hipóteses elencadas no § 1º do artigo 57 da Lei Federal n. 8.666/93, os contratos celebrados com a Administração Pública poderão ter seus prazos alterados. Diz, ainda o referido dispositivo "que o motivo deve ser devidamente autuado em processo". Já o § 2º do mesmo artigo diz que "toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. Trata-se, pois, de formalidades imprescindíveis e obrigatórias para o aditamento contratual, não podendo a



¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed. ver., atual, e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 961.





Administração pública se abster de praticá-las, quando da aditivação dos contratos [...]."

Ressalte-se, também, que a hipótese em análise de certa forma se aplica o disposto na Súmula nº. 67 da Corregedoria-Geral do Município², notadamente diante dos fatos articulados pelos fiscais acerca da constatação da capacidade técnica da contratada.

Assim, considerando a instrução do expediente em apreço, em que constam justificativa técnica compatível com as hipóteses previstas nos incisos II e V do § 1º, art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, e prévia autorização (Aprovação) pela autoridade competente para celebrar o contrato, conforme exigência do **artigo 57 § 2º** da Lei nº 8.666/93, verificam-se atendidos os requisitos legais para a realização do aditamento solicitado.

Adverte-se, por fim, que em virtude da "teoria dos motivos determinantes" os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos, de sorte que a legalidade da prorrogação do prazo contratual está necessariamente vinculada à existência dos fatos descritos pelo fiscal.

III – CONCLUSÃO

Após verificação da legalidade dos motivos que justificam a Solicitação de Aditivo de Prorrogação de Prazo Contratual nº 1, datada de 13/07/2020, ora em análise, e por estar o

2 SÚMULA 67 - DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

A eventual prorrogação de prazo em contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte, desde que prevista no edital e no contrato, poderá ocorrer, por meio da celebração de termo aditivo, após ato da autoridade competente, nos termos dessa súmula.

O ato da autoridade competente que justifica a intenção de prorrogar deverá conter, no mínimo, os motivos que justifiquem a necessidade da prorrogação, a demonstração da conveniência e oportunidade da prorrogação, a comprovação da qualidade da atuação da contratada, a indicação da existência de dotação orçamentária, bem como informações que comprovem a manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada.

O parecer jurídico, necessário à celebração do termo aditivo com vistas à prorrogação, deverá afirmar a presença ou não das condições acima, sem prejuízo de outros aspectos legais.

Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte deverão adotar medidas que assegurem a constante fiscalização e acompanhamento dos contratos administrativos de modo a subsidiar de informações a autoridade competente pela decisão relativa à prorrogação.

A autoridade competente deverá assegurar que o exame e as eventuais providências necessárias à prorrogação dos instrumentos contratuais se iniciem com o prazo de 06 a 03 meses antes do término da vigência do contrato, a depender da complexidade da contratação, ficando vedada a prorrogação de prazo de contrato administrativo cuja vigência já tenha expirado.


Fundamentação: Art. 57 § 2º da Lei n.º 8.666/93; Art. 36 do Decreto Municipal n.º 10.710/01;



expediente instruído, com aprovação dos Departamentos competentes, opinamos pela celebração do instrumento pretendido, consoante disposição prevista no art.38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

Ressaltamos a responsabilidade dos setores competentes pela quitação das ART-Anotação de Responsabilidade Técnica acostadas aos autos, bem como pela atualização do cadastro da contratada junto ao SUCAF, conforme solicitação feita em 28/07/2020 (fl.309).


É o parecer.


Claudiana Izabel de Menezes Silva
Advogada Pública
OAB/MG 124.543


Renato Chagas Ribeiro de Vasconcellos
Gerente Controle Contratações – DPCT-SD
OAB/MG 96.765


Ana Paula Prado Garcia
Chefe do Departamento de Contratações – DPCT-SD
OAB/MG 157.693

Aprovo:


Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel
Diretor Jurídico – DJUR-SD
OAB/MG 102.711
Por delegação - Portaria PGM nº 27/2019



01 - DADOS DO RECOLHIMENTO

ENTIDADE CONTÁBIL

201 - SECRETARIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

2700 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

CONTRATADO

118867 - AMBRATEC GEOLOGIA E ENGENHARIA LTDA

ANO / NÚMERO DA GUIA / SEQUÊNCIA
2020 / 201000004 / 02

MODALIDADE DA GARANTIA
SEGURO GARANTIA

NÚMERO
0306920209907750343636000

NÚMERO DOCUMENTO PRORROGAÇÃO
002

VALOR (R\$)
15.380,93

VALOR POR EXTENSO
QUINZE MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS E NOVENTA E TRES CENTAVOS

GARANTIA EMITIDA POR

POTENCIAL SEGURADORA S/A

Nº PROC. DE RECOLHIMENTO
01.003135.20-70

MODALIDADE DE LICITAÇÃO
PREGAO

Nº DA LICITAÇÃO / ANO / UNIDADE
30 / 2019 / 2700

02 - DADOS DA PRORROGAÇÃO DA DATA DE VENCIMENTO

DE

03/03/2021

PARA

07/06/2021

03 - OBJETIVO

Garantir o TA 01 do contrato DJ 070/2019, cujo objeto é prestação de serviços comuns de engenharia para fornecimento e instalação de instrumentação complementar na Barragem da Pampulha.

04 - OBSERVAÇÕES

05 - EMISSÃO

DATA
08/09/2020

BM/NOME
PR118451 - LUIZ EDUARDO MOREIRA BATISTA
1100 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

06 - RECEBIMENTO (DIRETORIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA OU ÓRGÃO COMPETENTE DA ENTIDADE)

DATA

ASSINATURA /BM

SUCAF

Sistema único de cadastro de fornecedor



SITUAÇÃO DO FORNECEDOR EM 08/09/2020 AS 15:04

NOME / RAZÃO SOCIAL: **AMBRATEC GEOLOGIA E ENGENHARIA LTDA**

ENDEREÇO: RUA LAPLACE, 310 - SANTA LUCIA/CEP:30360-390 - BELO HORIZONTE ,MG

CPF / CNPJ:07.295.917/0001-00

NR. INSCRIÇÃO NO SUCAF: **15639**

CÓDIGO FORNECEDOR:118867

SITUAÇÃO:ATIVO

SUSPENSO:NÃO

CONDIÇÃO:IDÔNEO

SANÇÃO:

REGISTRO CRC:59199

VALIDADE:06/01/2021

DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA INSCRIÇÃO	NUMERO	VALIDADE
FAZENDA MUNICIPAL - PROVA DE REGULARIDADE	13730701	27/09/2020
INSS - PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA À SEGURIDADE SOCIAL	D1F1	02/01/2021
CNPJ - PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA	7 Alt	
REGISTRO COMERCIAL, ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL	040289/2020	30/09/2020
REGISTRO OU INSCRIÇÃO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE		
ATESTADO DE DESEMPENHO		
FGTS - PROVA DE REGULARIDADE	760305	14/09/2020
DÉBITOS TRABALHISTAS - CERTIDÃO NEGATIVA	15428359/2020	01/01/2021
DOCUMENTOS ADICIONAIS APRESENTADOS PARA REGISTRO	NUMERO	VALIDADE
FAZENDA ESTADUAL - PROVA DE REGULARIDADE	417915171	26/11/2020
FAZENDA FEDERAL - PROVA DE REGULARIDADE	D1F1	02/01/2021
DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO - PROVA DE REGULARIDADE	D1F1	02/01/2021
BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO	2019	30/04/2021
CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA	0220	04/11/2020
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC - SUCAF		06/01/2021

ESTE FORNECEDOR NÃO ESTÁ HABILITADO EM NENHUMA LINHA DE MATERIAL

LINHA SERVIÇOS**01 ESTUDOS E PROJETOS NA ÁREA DE ENGENHARIA**

- 02 AGRIMENSURA
- 06 CONTROLE E PROTEÇÃO AMBIENTAL
- 13 GEOTECNIA
- 30 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

03 SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE

- 02 ANÁLISE E CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA
- 13 CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA SANITÁRIA
- 14 CONSULTORIA E ASSESSORIA EM MEIO AMBIENTE
- 26 LABORATÓRIO DE SOLO

PBH - SUCAF | PRODABEL

